

A PESQUISA COMO TRABALHO CONSTITUTIVO DO SERVIÇO SOCIAL E SUBSIDIO PARA A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO.

THE RESEARCH AS CONSTITUTIVE WORK OF SOCIAL WORK AND GRANT TO KNOWLEDGE CONSTRUCTION

Cacildo Teixeira de Carvalho Neto*

RESUMO: A pesquisa em Serviço Social está intrínseca ao processo histórico da profissão, mas em seu processo de formulação, prática e construção social, sua ação e ideologia atrelavam-se ao ethos dominante e com isso as práticas de pesquisa nada mais eram que uma forma de organizar e manter o status quo. Mas com a mudança no interior da profissão a pesquisa alcança sua legitimidade política e social dentro do Serviço Social, apreendida como trabalho torna-se constitutiva e constituinte do ethos da profissão. A pesquisa acontece em todas as áreas do conhecimento, permitindo que ela atenda a interesses específicos, tornando-se parte fundante do saber e da produção de novos saberes. O Serviço Social inserido nas Ciências Sociais Aplicadas busca seu saber nas relações sociais construídas e determinadas na história, na realidade, objeto de trabalho – prática interventiva e investigativa. E seu processo acontece a partir da interação dos sujeitos sociais partícipes deste mesmo processo. A pesquisa como ponto primordial de descoberta de realidade permite que os sujeitos envolvidos construam a partir das relações sociais de produção e reprodução a práxis no processo de trabalho do assistente social.

Palavras-chave: Formação. Pesquisa. Serviço Social. Trabalho.

ABSTRACT: *The research in Social Work is intrinsic to the profession historical process, however, in its formulation process, practice and social construction, its action and ideology bound to the dominant ethos and thus, research practices were nothing more than a way to organize and maintain the status quo. However, with the changes in the profession interior, the research reaches its political and social legitimacy within the Social Work, understood as a work becomes constitutive and constituent of profession ethos. The study covers all areas of knowledge, allowing it to meet specific interests, becoming a fundamental part of knowledge and the production of new knowledge. The Social Work inserted in the Applied Social Sciences, seeks its knowledge in the social relations build and given in the history, reality and object of work – interventional and investigative practice. The process happens from the interaction of social subjects attendees of this same process. The research as primary point of discovery of reality, allows that the subjects involved, build from the social relations of production and reproduction the praxis in the work process of the social worker.*

Keywords: *Training. Research. Social Work. Work.*

* Assistente Social no Hospital Universitário da Universidade de Uberaba e docente do curso de Serviço Social.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A PESQUISA E PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática na pesquisa para o profissional de Serviço Social é uma necessidade inerente à sua ação; um campo de trabalho que não pode e nem deve ser relegado, bem como, um caminho para que os assistentes sociais ofereçam o conhecimento técnico-científico que obtiverem nas pesquisas realizadas sobre as questões da atualidade. (LEHFELD, 2004, p. 11).

A aproximação a esta temática provoca a necessidade de (re)conhecer no Serviço Social a pesquisa como trabalho, constituinte e constitutiva, subsídio para a apreensão de realidade e a construção de conhecimento científico em Serviço Social, a partir de uma leitura crítica de todo o processo histórico que a profissão é partícipe.

Assim, a cada transformação social posta ao Serviço Social, este se fez presente, moldando-se, articulando e reconstruindo seu objeto de ação profissional, abarcando sua formação e ação profissional na intenção de responder a esta realidade. O reconhecimento deste processo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo construído historicamente no Serviço Social está presente na sua produção científica, pois o conhecimento construído pelos profissionais expressa a realidade de cada momento, de toda a conjuntura, tanto profissional como também cultural, econômica, política e social do país, e a inserção do assistente social neste contexto.

Assim, partimos da análise de que, para compreendermos e apreendermos a pesquisa em Serviço Social com ênfase na construção de conhecimento e na reconstrução de seu objeto de trabalho faz-se necessário uma recuperação do processo histórico da profissão e a relação entre formação e trabalho profissional a partir de sua institucionalização.

A relação contida entre a formação e a prática profissional na gênese do Serviço Social, nas suas primeiras décadas, pode

ser vista no material produzido pelos profissionais da época nos relatórios produzidos pela Centro de Estudos e Ação Social, nos Anais dos Congressos - o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social foi promovido pelo CEAS em 1947 - como também nos trabalhos de conclusão de curso das alunas das Escolas de Serviço Social e, também, entre as décadas de 1930 e 1940, na Revista Serviço Social.

Neste momento, a Revista Serviço Social publica trabalhos (após a formação das primeiras turmas), discursos e métodos de intervenção realizados por assistentes sociais. Tais publicações refletiam as imposições e a forma segmentada de atuação dos profissionais. Este material era resultado de pesquisas realizadas pelos profissionais como forma de identificar os conflitos a serem trabalhados. Pois, não apresentava, no plano metodológico e técnico, um trabalho de teorização e adaptação à realidade brasileira; divulgava materiais com intuito de sensibilizar instituições particulares e Estado à adoção de novas técnicas de assistência, apropriando-se destes dados para localizarem a área de maior necessidade de atuação, ou seja, as pesquisas eram utilizadas para localizar os pontos de tensões e conflitos sociais, a partir desta identificação o Estado ou instituições privadas desenvolviam alguma ação assistencial coerciva para conter os conflitos. Para Yamamoto (2005, p. 201), ideologicamente estes materiais “reproduziam o pensamento, as preocupações e o desenvolvimento desse movimento, [...] um prolongamento da Ação Social – constituiu-se, no essencial, em veículo de doutrinação e propaganda do pensamento social da Igreja”.

Segundo Martins (2004), nas décadas de 1940 e 1950, com a institucionalização da profissão, marcada pela aproximação com os Estados Unidos, altera-se a formação profissional do Serviço Social no Brasil, e o exemplo claro dessa mudança é o Desenvolvimento de Comunidade que inicia-se na zona rural e depois se expande para a cidade. Apresentam-se aqui também os métodos de caso, grupo e comunidade, reproduzidos pelo Serviço Social nesse período acima citado e também nas décadas de 1960 e 1970.

Neste momento histórico acontecia o Movimento de Reconceituação desenvolvido na América Latina, segundo Netto (2005), este movimento buscou a erosão do tradicionalismo intrínseco no Serviço Social, e com isso, uma nova leitura de realidade e pesquisa. O Brasil possui suas especificidades que se relacionam à autocracia burguesa e às universidades, pois é nas academias que se inicia todo o processo de tentativa de ruptura com o sistema vigente. Para Carvalho (1993, p. 29), “rompendo com toda uma forte herança pragmatista, o Serviço Social no Brasil, a partir da década de 1970, vem procurando se colocar como produtor de conhecimentos, reivindicando a necessidade e exigência do assistente social desenvolver pesquisa.”

Este período apresentado remete à tentativa de romper com uma formação aclassista, acrítica, ahistórica a partir da reconceituação do Serviço Social com a aproximação marxista. Os profissionais da época, na tentativa de manter uma relação entre a formação que subsidie a realidade posta, empreendem-se na revisão curricular do Serviço Social, em 1982, o qual incluiu novas disciplinas e conteúdos. Carvalho et al (1984 *apud* MARTINS, 2004, p. 64) ressaltam que:

Trata-se de preparar cientificamente e tecnicamente profissionais capazes de atender não só às demandas vigentes no mercado de trabalho, mas de conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, estabelecidas pelo próprio processo de desenvolvimento da sociedade, seja a nível das instituições públicas e privadas que atuam no campo da prestação de serviços sociais, implementando políticas sociais específicas, seja a nível dos movimentos e organizações de classes sociais subalternas.

Neste mesmo momento – décadas de 1970 e 1980 – inicia-se a produção de conhecimento em Serviço Social a partir da criação do curso de Pós-graduação, em 1972, na PUC/RJ e, no mesmo ano, na PUC/ SP; e, doravante, em 1981; o Doutorado na PUC/ SP (o primeiro em Serviço Social na América Latina), reconhecido pelo CNPq e pela CAPES.

Segundo Netto (1999, p. 102), o Serviço Social “não dispõe de uma teoria própria, nem é uma ciência; isto não impede, entretanto, que seus profissionais realizem pesquisas, investigações etc., e produzam conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das ciências sociais e humanas.” Esta citação elucidada que, através da pesquisa, o assistente social pode (re)conhecer na realidade apresentada, suas metamorfoses e contradições. Os materiais produzidos pelo mestrado e doutorado demonstram a inserção do assistente social na realidade, e, a partir do resultado deste material, parte-se para uma nova reflexão, uma nova forma de identificar as transformações societárias. E isso aponta para uma nova leitura dos processos sociais.

Para Yazbek e Silva (2005), a produção científica desenvolvida a partir das dissertações de mestrado e teses de doutorado explicita uma fundamentação teórico-metológica construída sob o exercício profissional, tanto acadêmico como de campo, e também se apresenta como parte fundamental para a superação do positivismo que marcava o Serviço Social.

[...] contribuindo largamente para capacitar os profissionais também enquanto cientistas sociais preocupados em mudar a realidade social opressora e produzir conhecimento sobre essa realidade para embasar a prática profissional e contribuir para o avanço científico das Ciências Sociais (YASBBECK; SILVA, 2005, p. 42).

Em um material produzido por Nobuco Kameyama (1998, p. 48), a autora traz um balanço realizado entre os anos de 1975 a 1997 sobre a produção de conhecimento em Serviço Social, a partir das pesquisas realizadas para os cursos de pós-graduação; assim, foram produzidas 958 dissertações de mestrado e 70 teses de doutorado, abrangendo vários temas e áreas, como:

[..] prática profissional; política social; formação profissional; teoria e método; movimentos sociais e outros. Como, também, diferentes categorias: transformação social; libertação; emancipação; compromisso do assistente

social com a classe trabalhadora ou subalterna; processo de contra-hegemonia; formação do sujeito coletivo; participação representativa/participação de base; negociação; direitos sociais; cidadania; e, democracia.

Ainda na década de 1970, a Editora Cortez lança a revista *Serviço Social e Sociedade* que também foi de suma importância para a produção e divulgação do conhecimento nesta área.

A preocupação com pesquisa no Serviço Social no Brasil teve um longo impulso nos anos de 1980. No período de 1983 a 1990 ocorreram vários encontros nacionais de pesquisa e/ou pesquisadores em Serviço Social, cujos temas estavam centralizados na formação profissional, movimentos sociais urbanos, políticas sociais do Estado (especialmente, saúde e assistência), história, teoria e metodologia no Serviço Social. Na década de 1990 tivemos uma diversificação temática no campo da pesquisa em Serviço Social. Assim temos: A seguridade social pública e privada – assistência social, saúde, previdência – educação, infância e juventude; o Serviço Social nas relações de trabalho; formação profissional do assistente social; Serviço Social ante as relações de gênero e de etnia; dimensão ética da prática do assistente social; Serviço Social ante a política de habitação e saneamento; movimentos sociais rurais e urbanos na atualidade; prática do serviço Social junto à população idosa; desafios teórico-políticos do Serviço Social ante o neoliberalismo. (IAMAMOTO, 2006).

É dentro deste contexto que surge o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UNESP – Câmpus de Franca. O Programa foi autorizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Unesp em reunião do Conselho Universitário em 21 de novembro de 1991, nos níveis de Mestrado e Doutorado. Reconhecido pela CAPES de acordo com o disposto na Portaria Ministerial n. 1.762, de 16/12/1999, publicada no DOU de 17/12/1999, com duas linhas de Pesquisa: “Serviço Social: Mundo do Trabalho” e “Serviço Social: Formação e Prática Profissional”.

A criação desse Programa de Pós-Graduação representou uma conquista para não só para esta região, como em nível nacional.

Naquele momento existia apenas sete programas de Pós-Graduação – “stricto sensu”- na área de Serviço Social no Brasil, e somente a PUC/SP oferecia este programa em nosso Estado. Portanto, além de ser o único Curso de Graduação em Serviço Social, ministrado em faculdade oficial no Estado de São Paulo, foi também, o primeiro Mestrado em faculdade pública do estado e o primeiro Doutorado em Universidade oficial no país.

O material produzido a partir da década de 1980 já se apresentava com uma postura crítica; a aproximação ao pensamento marxista já se evidenciava, com Lukács e Gramsci. Outros temas apresentados neste momento são de grande relevância, alguns já superados, como a dicotomia teoria e prática, outros ainda estão presentes, tais como: a pesquisa e sua essencialidade na construção do saber, o processo de trabalho e suas modificações nas relações societárias.

2 PROCESSO INTRODUTÓRIO DE RUPTURA

As transformações apresentadas nas relações sociais, em específico no mundo do trabalho e na regulação social, afetaram a formação profissional e o processo de trabalho do assistente social. Netto (1996) faz referência às novas exigências impostas pelo mercado de trabalho, mesmo às novas e velhas demandas, considerando o ranço conservador ou neoconservador presente no final da década de 1980, cita que “os indicadores empíricos das necessidades do mercado devem ser os determinantes da formação profissional; numa palavra a esta caberia responder ao mercado de trabalho” (NETTO, 1996, p. 123). Assim, frente a tal realidade, o Serviço Social se reorganiza, “fortalecem-se as discussões sobre a formação profissional e as novas demandas postas aos assistentes sociais que tiveram como eixo central a proposta de revisão curricular” (MARTINS, 2004, p. 68).

Nesta mesma época, efetiva-se o Código de Ética, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social e, com relevância, elenca-se o Projeto Ético-Político da profissão.

Do ponto de vista de sua estrutura lógica e como proposta pedagógica, o projeto da formação profissional consolidado nas diretrizes curriculares apresenta longo alcance em assentar o ensino-aprendizado na dinâmica da vida social e posicionar o profissional na realidade socioinstitucional. (KOIKE, 2009, p. 212)

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, segundo Netto (1999), faz parte de uma história recente do Brasil e da profissão. Tudo inicia na década de 1970 perpassando a década de 1980, quando a profissão se posiciona de forma contrária ao conservadorismo profissional.

Este Projeto Profissional, que é considerado projeto societário, está baseado em fundamentos congruentes à construção da cidadania, entre eles podem ser citados o reconhecimento da liberdade, o compromisso com a autonomia e a emancipação política social dos indivíduos, reconhecendo estes como ser social. Outras questões permeiam este compromisso profissional, como a competência e o aprimoramento profissional, com formação acadêmica qualificada e com os serviços prestados.

A formação pretendida encontra-se apoiada no tripé ensino/pesquisa/extensão, materializando as múltiplas dimensões que qualificam a instituição universitária. Representa um avanço na formação do assistente social que, historicamente, privilegiou o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão. Hoje, a pesquisa é vista como um elemento constitutivo do exercício e da formação desse profissional, e não apenas uma atividade eventual. Engloba tanto o desenvolvimento de uma atitude investigativa, quanto a competência para a formulação de projetos de pesquisa e para a sua realização. Ora, é preciso conhecer a questão social, ‘matéria-prima’ do trabalho profissional, como precondição para atuar na direção dos objetivos propostos. Supõe identificar os processos sociais a serem analisados, as novas mediações que os requalificam, como são vividos

pelos indivíduos sociais e como os enfrentam (IAMAMOTO, 2005, p. 71).

O trabalho torna-se o ponto axial para a discussão da formação profissional, por ser a base das relações societárias que se engendram e se apresentam para a contemporaneidade, reflexo de um processo histórico-social que se deu com o capitalismo. Estas relações formam uma nova sociabilidade em que o homem se apresenta como ser social, participe, e as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho alteram significativamente as relações e as demandas profissionais.

Como o trabalho, a questão social torna-se o objeto de formação e intervenção da profissão. Entendida a partir da contradição entre capital e trabalho, a questão social é a encarnação das próprias relações de antagonismos de classes presentes nas sociedades capitalistas. A partir dessa contradição fundante, decorrem, em meio ao descaso, as manifestações ou expressões da questão social: a generalização da pobreza e a exploração do trabalho, tais como se processam ainda na atualidade. Na contemporaneidade, destacam-se a naturalização da questão social e a desumanização do homem como aspectos relevantes e preocupantes para o Serviço Social. Aqui, o que deve ser considerado é uma massa significativa de sujeitos sociais e políticos que introduzem na consciência da população uma concepção de naturalidade à toda e qualquer manifestação da questão social. A pobreza e a miséria tornam-se normais e simples conseqüências de um processo que o único responsável é o cidadão, e só dele depende para a mudança.

Segundo Martins (2006, p. 211), “para o processo de formação em Serviço Social, tal realidade implica considerar as manifestações da questão social como elemento essencial à função histórico-social da profissão”. Como também ressalta Oliveira (2006, p. 76):

[...] tais diretrizes foram definidas considerando-se que a formação profissional do assistente social apresenta como foco central a questão social. O Serviço Social, nas suas determinações sócio-históricas e ideo-políticas, necessita inovar as

respostas profissionais no enfrentamento da questão social, daí o significado da definição das diretrizes curriculares 'que implicam capacitação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo'.

As competências supracitadas – teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo – permitem ao profissional visualizar, se posicionar e também atuar frente à realidade, ou seja, permite criticidade e a não-neutralidade perante o projeto profissional, o qual torna-se um projeto societário que necessita de respostas para os desafios conjunturais e estruturais da sociedade.

Assim, dotar o profissional de uma perspectiva crítico-investigativa não é apenas capacitá-lo com instrumentos de pesquisa a serem ministrados em uma ou outra disciplina de técnicas quantitativas ou qualitativas de pesquisa. É integrar a própria lógica do curso com uma perspectiva de articulação teoria/prática. É capacitá-lo para a valorização do empírico, construindo um diálogo com conceito. É transmitir a perspectiva de que um dos elementos de ampliação da capacidade interventiva está na ampliação da capacidade de conhecimento e criticidade em relação à realidade-objeto de suas intervenções (FAUSTO NETO, 1998, p. 28).

A relação entre formação e pesquisa se processa no desenvolvimento de troca, de apreensão, ou seja, de construção e desconstrução do conhecimento para melhor aprimorar este processo. Este é o exercício da práxis, aqui entendida pela relação teoria e prática, e que retorna da prática à teoria, ou seja, o exercício profissional e a produção de conhecimento se transformam e se completam mantendo uma relação dialética e devem se apresentar na formação profissional.

Desta forma, observa-se que o conhecimento é algo em constante transformação, assim como a realidade. Apropriar-se de conhecimentos permite sustentabilidade para o trabalho dentro das realidades profissionais. Em Serviço Social, a pesquisa e o conhecimento permitem uma leitura de realidade e no reconhecer

do assistente social como sujeito participe desta totalidade. Para Baptista (1995, p. 88-89):

A especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo Serviço Social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. O assistente social se detém frente às mesmas questões que outros cientistas sociais, porém o que o diferencia é o fato de ter sempre em seu horizonte um certo tipo de intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em Serviço Social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico.

Desta forma, o conhecimento é a chave para a mudança de qualquer cenário. Mas, tão importante quanto ter esse conhecimento, é produzir novos conhecimentos sobre a realidade, sobre o cotidiano, pois “o cotidiano e a cotidianidade existem, penetram eternamente em todas as esferas da vida do homem. A história e o progresso transformam continuamente sua paisagem, mas não o exterminam.” (CARVALHO, 2005, p. 24).

3 A PESQUISA COMO FERRAMENTA DE DESVENDAMENTO DA REALIDADE: A RECONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

No processo histórico do Serviço Social, a relação construída entre formação e trabalho profissional está presente e pode ser visitado por todos no material produzido por seus profissionais, produção científica fruto de pesquisas que, como todo trabalho profissional, passaram por transformações para a apreensão do contexto cultural, econômico, político e social presente na história da sociedade.

A pesquisa, desenvolvida nas primeiras décadas da profissão no Brasil, não apresentava características primordiais para sua construção, como: a relação espaço-tempo, a historicidade dos sujeitos envolvidos e a dialética, intrínseca no movimento de desvendar a realidade e retorná-la ao seu sujeito. Aqui, o sujeito presente na realidade pesquisada não é reconhecido como ser histórico e social, era visto somente como objeto isolado e, para muitos pesquisadores positivistas, a realização da pesquisa limitava-se à escuta e observação, reafirmando o perfil de objeto de pesquisa ahistórico e acrítico, contribuindo para a produção e reprodução social da estrutura e superestrutura capitalista.

Orso, ao discutir o positivismo na produção de pesquisa e conhecimento, afirma que:

[...] o conhecimento deixa de ser concebido como uma necessidade de socialização e passa a ser instrumento de controle, de poder e de lucro, isto é, seguindo a lógica do modo de produção, o conhecimento também é privatizado, mistificado e individualizado (Ibdem, 2003, p. 33)

O Serviço Social, como profissão histórico-social, apresenta-se e assume o compromisso com a classe trabalhadora e os sujeitos históricos que vivem sob as mazelas da sociedade capitalista. Utiliza-se da pesquisa para fazer uma leitura de realidade e construir, além de conhecimento científico, propostas de intervenção.

Desta forma, é fundamental a interpretação entre sujeito e objeto na pesquisa em Serviço Social. Como citado, a pesquisa atribuía ao sujeito pesquisado o “fim” de objeto. Hoje, na discussão dentro da profissão e na pesquisa, reconhece-se o sujeito pesquisado como ser histórico e social, partícipe dessa realidade ao qual faz parte e que, além de construí-la, sofre todos seus reflexos desumanizantes. Então, compreende-se que o nosso objeto de pesquisa é a própria realidade do sujeito inserido na sociedade e junto a ela, a questão social. É importante lembrar que, nesta relação está intrínseco o pesquisador, que partícipe deste processo, não se apresenta como sujeito neutro (neutralidade).

Mas, para esta compreensão, é necessário um aporte teórico-metodológico que sustente esta argumentação. Para isso, a partir da Teoria Crítica fundamentação e na categoria mediação, pois é com base nessa categoria ontológica, que a pesquisa em Serviço Social pode se apoiar e apontar um novo formato de pesquisa, trabalho e construção de conhecimento. Para esclarecermos esta fala, vamos analisar este fragmento do texto de Bourguignon (2007, p. 51):

Neste caso, estamos nos referindo ao sujeito demandatário da prática profissional, beneficiário/ usuário das políticas públicas que, como cidadão, deve ser considerado protagonista de sua própria história e não dado ou fonte de informação. Preocupar-se com o sujeito implica em não perder de vista o contexto sócio-histórico em que se insere e em que se dão as relações entre o profissional assistente social e o cidadão.

A preocupação com o reconhecimento do sujeito-cidadão está presente no projeto ético-político da profissão e necessita ganhar maior relevância, tanto no âmbito da prática profissional em organizações sociais, como no desenvolvimento de pesquisas científicas. A pesquisa deve não só compreender as questões estruturais, mas também a perspectiva de totalidade do processo de reprodução material e espiritual da existência do ser social. Por isso, as diferentes formas de como o sujeito se relaciona com

a realidade social não podem passar despercebidas nas pesquisas da área.

A pesquisa deve reconhecer o sujeito pesquisado como ser histórico-social (historicidade), e que este trabalho deve, então, manter um movimento dialético e considerar o aspecto espaço-tempo. Estas características permitem uma leitura através da categoria mediação para alcançar a particularidade do sujeito pesquisado.

Para isso, é necessário conhecê-lo na sua singularidade – o sujeito com suas características individuais objetivas e subjetivas em meio à realidade social. E, a partir do momento que esse mantém uma relação dialética com esta realidade, completa de forças externas e leis tendenciais - categoria da universalidade, pode-se, então, reconhecê-lo em sua particularidade. Essa “é a categoria ontológico-reflexiva que permite que as leis sociais tendenciais se mostrem aos sujeitos envolvidos na ação (responsável, usuário e outros agentes) e ganhem um sentido analítico-operacional nas suas vidas singulares.” (PONTES, 2000, p. 47).

Setúbal (2005, p. 65-66) nos diz que “Marx apreende a mediação a partir do seu significado histórico, social, coletivo e da sua natureza, que transcende às ações imediatas existentes entre o sujeito e o objeto”. Este mesmo autor nos aponta que a pesquisa como instrumento de mediação entre sujeito e objeto deve ser analisada como uma forma de práxis social.

Ao analisarmos uma pesquisa, será verificado que a relação existente entre os sujeitos envolvidos (o usuário do Serviço Social e o assistente social) e o objeto (aqui, a realidade social) é uma relação de troca de objetivos e intencionalidade, de dialeticidade. As pesquisas atribuídas ao Serviço Social não desvinculam os sujeitos e o objeto da realidade temporal e do espaço, pois a análise da conjuntura do tempo vivido é fundamental para o reconhecimento

das demandas, pois a pesquisa pode ser inflexionada se, neste momento, desconsiderar as possibilidades de mudanças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÃO DIALÉTICA

A partir do contexto apresentado, apreendemos que a pesquisa em Serviço Social tem sua objetivação no trabalho profissional, materializada no conhecimento construído. Reconhecida ainda como competência e habilidade, a partir deste trabalho o assistente social consegue realizar leitura de realidade e manter um vínculo com os sujeitos usuários dos serviços sociais.

O sujeito pesquisado que anteriormente era visto como objeto, agora é um ser social, ou seja, um sujeito histórico-social. Elucidamos a mudança da fundamentação teórico-metodológica do positivismo para o materialismo histórico. E ainda, das mudanças que ocorreram nos processos sociais, nos temas pesquisados pelos profissionais e como todo este aparato serviu e ainda se faz presente para a produção de conhecimento.

Assim, frente a todo este contexto, acredita-se que, para um trabalho social compromissado com o Projeto Ético-político, o assistente social deve construir como ação contínua de seu trabalho, a pesquisa. Pois, a partir da pesquisa, o assistente social tem condições de reconhecer na sociedade as inflexões determinadas pelo sistema capitalista, as transformações nas relações de trabalho, a efetivação de direitos e políticas sociais na distribuição dos bens e recursos socialmente produzidos. Ressalta-se que o conhecimento produzido não esgota a realidade e nem a necessidade de pesquisar e produzir novos conhecimentos!

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. A produção científica do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. 14, p. 144-176, 1984.

BAPTISTA, V. M. A produção de conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. **Caderno Abess**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 84-95, 1995.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis: UFSC, v. 10 n. esp. p. 46-54, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0510spe.pdf>> Acesso em: ago. 2009.

_____. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. In: Revista Emancipação. Ponta Grossa. UEPG, v. 6, n. 1, p. 41-52, 2006. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/.../71>> Acesso em: jan. 2010.

CARVALHO, A. M. P. de. O projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. Cadernos ABESS, n. 1, São Paulo: Cortez. 1993.

CARVALHO, D. B. B. de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, M. do C. B. de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, M. M. **História do SS na América Latina**. 5. ed., Revisada. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (6. Região). Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social. In: **Coletânea de Leis**. 4. ed., Belo Horizonte: CRESS, 2006a, p. 24-42.

_____. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. In: **Coletânea de Leis**. 4. ed., Belo Horizonte: CRESS, 2006b, p. 43-47.

FAUSTO NETO, A. M. Q. Produção científica e formação profissional: os paradigmas do conhecimento e seu reatamento no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional. **Caderno Abess**. São Paulo, v. 06, n. 1, p. 20- 28, 1998.

LEHFELD, N. A. de S.; FILHO, M. J. **Prática de Pesquisa**. Franca: Unesp, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 10. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências. **Caderno Abess**. São Paulo: Cortez, v. 8, n. 1, nov. 1998.

MARTINS, R. A. de S. A pesquisa no processo de formação do assistente social na graduação: de 1930 a 2000. In: JOSÉ FILHO, M.; LEHFELD, N. A. S. (Org.). **Prática de Pesquisa**. Franca: Unesp, 2004.

_____. Docência em Serviço Social: reflexões sobre o exercício profissional do assistente social. **Serviço Social e Realidade**. Franca, v. 15, n. 1, p. 203-226, 2006.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. 50, n. 1, p. 87-132, abr. 1996.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UnB., Mod. 1, p. 91-110, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do SS no Brasil pós-64**. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVIERA, C. A. H. S.; ANDRADE, M. A. R. A. de. O significado dos espaços formativos no ensino superior em Serviço Social. **Serviço Social e Realidade**. Franca, v. 15, n. 1, p. 69-86, 2006.

ORSO, P. J. Os desafio do conhecimento e o método da pesquisa científica. In: **Educação Temática digital**. Campinas, v. 5, n. 1, p. 25-39, dez. 2003.

PAIVA, B. A. Reflexos sobre pesquisa e processos de formulação e gestão. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UnB., Mod. 4, p. 79-94, 2000.

PONTES, R. N. Mediação: Categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UnB., Mod. 4, p. 35-50, 2000.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, M. O. da S. e. et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, Denise B. Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

VIEIRA, A. C. et al. O Serviço Social e o desenvolvimento de 1961 a 1968. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 8, n. 24, p. 101-122, ago, 1987.

YASBEK, M. C.; SILVA, M. O. da S. e. Das origens à atualidade da profissão da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise B. Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.